

II Encuentro Nacional de Instituciones com Fondos Antiguos y Raros

Del 17 al 20 de abril de 2013

Biblioteca Nacional

Buenos Aires - Argentina

Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil): coleção de obras raras

Maria da Conceição Carvalho¹

Nina C. Mendonça C. de Miranda²

Flávia Silvestre de Oliveira³

INTRODUÇÃO

O Acervo de Escritores Mineiros (AEM) é parte integrante do Centro de Estudos Literários e Culturais (CELC) que, por sua vez, é um órgão complementar da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Criado em 1989 com a designação de CEL (Centro de Estudos Literários) e passando a se chamar CELC a partir de 2011 como ampliação de seus interesses e perspectivas teóricas, tal centro de estudos tem como objetivo principal acolher, tratar, conservar e divulgar acervos de escritores mineiros⁴, assim como promover investigações e publicações no campo dos estudos literários e culturais. Desenvolve, ainda, projetos de pesquisa e intercâmbio científicos, envolvendo docentes e discentes de graduação e pós-graduação da UFMG e de outras instituições do Brasil e do exterior (UFMG. 2012)

O Acervo de Escritores Mineiros (AEM) representa a face física do CELC e ocupa ampla área no terceiro andar da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. Idealizado como espaço de natureza múltipla – museu, biblioteca e arquivo - merecem destaque as salas construídas a partir de uma perspectiva museográfica/cenográfica que recria o ambiente de trabalho de alguns escritores cujos acervos foram os primeiros a serem recebidos pela instituição em foco, a partir de doação de seus herdeiros. Esses e outros ambientes abrigam a Coleção bibliográfica (livros e coleções de periódicos) e a Coleção Documental (originais manuscritos e datiloscritos, documentos pessoais, correspondência, fotografias, recortes de jornais) dos escritores titulares, além de mobiliário original, objetos pessoais, iconografia e obras de arte. Até o momento o AEM abriga os fundos documentais de 11 escritores, a saber, Henriqueta

¹ Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação/UFMG.

² Bibliotecária do Acervo de Escritores Mineiros (AEM).

³ Bolsista no Acervo de escritores Mineiros; mestranda em Ciência da Informação/UFMG.

⁴ Escritores nascidos ou residentes no Estado de Minas Gerais, Brasil.

Lisboa (1901-1985), Abgar Renault (1901-1995), Cyro dos Anjos (1906-1994), Murilo Rubião (1916 -1991), Fernando Sabino (1923-2004), Octavio Dias Leite (1914-1970), Wander Piroli (191-2006), José Maria Cançado (1952-2006), Lúcia Machado de Almeida (1910-2005), Carlos Herculano (1956), além de coleções especiais constituídas por conjuntos parciais de documentos (cartas, fotografias, manuscritos autógrafos, periódicos e livros de outros escritores, alguns ainda vivos, que puderam negociar pessoalmente os termos da doação como Carlos Alberto Libânio Christo (1944), o Frei Betto, religioso, teólogo e escritor que foi assessor especial do Presidente Lula no programa Fome Zero.

No contexto brasileiro o acervo do AEM, como um todo, pode ser considerado patrimônio de inegável valor literário e cultural, merecendo especial atenção exemplares raros e autografados de obras do modernismo brasileiro. Nesse sentido, a partir de 2012, evidenciou-se a necessidade de tratar esse patrimônio levando em conta, ainda, a sua historicidade e materialidade, convocando o apoio de duas ciências fundamentais no trato dos repertórios bibliográficos, a Bibliografia e a Bibliologia. De fato, se a Bibliografia valoriza a informação como objeto de estudo, sendo o livro a fonte de informação, a Bibliologia valoriza o livro em si mesmo como a própria informação (Houaiss, 1983). Ou, ainda, nas palavras do bibliólogo espanhol José Martínez de Souza,

... el bibliógrafo tenía que entender con claridad el proceso del libro para revisarlo, no sólo en la parte intelectual de la obra en sí, sino también analizarlo desde el punto de vista de quiénes lo compusieron, corrigieron, imprimieron y encuadernaron, o dicho de otro modo, ver no sólo la unidad intelectual, sino también observarlo como el resultado de una serie de actividades, derivada cada una de ellas de una serie de procesos muy claros” (Martínez de Sousa na introdução do livro de Gaskell, 1999, p. xiv).

Assim, há mais ou menos um ano, começou a ser pensado e elaborado pela bibliotecária do AEM, com aprovação da Diretoria, um projeto no sentido de definir, identificar e conservar documentos dos diferentes fundos (livros impresso, datiloscritos e manuscritos) com características de raridade. O primeiro passo foi a definição e criação de um espaço físico para abrigar tais obras especiais e raras, respeitando-se as condições ambientais previstas pelos princípios teórico-práticos da área de Preservação de Acervos. Em seguida, iniciou-se o processo de definição dos critérios de raridade que deverão orientar a composição daquilo que deverá ser chamado de “Coleção de obras raras do AEM”. A proposta desse artigo é, pois, apresentar este projeto em desenvolvimento, e, esperamos, poder discutí-lo com outros estudiosos do assunto neste prestigioso II Encuentro Nacional de Instituciones con Fondos Antiguos y Raros.

OBRAS RARAS E ANTIGAS: TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO

O critério puramente cronológico para atribuição de valor de raridade a uma obra foi, há muito, relativizado pelos estudiosos do tema, considerando-se, em contrapartida, os diferentes aspectos da história cultural e material do livro e da leitura. No caso particular do Brasil, onde a publicação de impressos só foi liberada pelo Reino de Portugal em 1808,

com a criação da Impressão Régia, são consideradas obras raras livros publicados em território brasileiro até a década de 1850, uma vez que custou quase meio século até que todas as regiões ou estados do Brasil desenvolvessem suas tipografias. Em Minas Gerais a data histórica para este evento é 1828, ainda que se tenha notícia de tentativas de edições clandestinas antes de 1808. Além do atraso na publicação de textos impressos, ou melhor dizendo, por uma relação de causa e consequência, um sistema de instrução pública no Brasil só iria se estruturar três séculos depois da chegada dos portugueses, ainda assim de maneira deficitária para o tamanho do país. Enquanto as primeiras universidades no México e no Peru foram criadas em 1551, logo após o início da colonização espanhola, no Brasil o primeiro estabelecimento de ensino superior, de caráter militar, foi criado na Bahia em 1699, e a primeira universidade só seria realidade na segunda década do século XX. Em contrapartida, em países europeus, onde já funcionavam universidades desde o século XII e a invenção de Gutenberg datada de 1455, se propagou com grande rapidez, obras publicadas nos séculos XVIII e XIX já mereciam edições sucessivas com altas tiragens, panorama editorial que o Brasil só conheceria no século XX. Em consequência,

[...] títulos ou edições antigos que, em termos internacionais, não chegam a ser considerados obras raras por terem tido tiragens numerosas e deles existirem ainda muitos exemplares, no Brasil podem ser considerados como tal, já que são poucas as bibliotecas que os possuem em seus acervos. Da mesma forma, mesmo livros brasileiros relativamente recentes podem ser considerados raros. Por isso, o conceito de “obra rara” deve ser relativizado quando se trata do livro no Brasil. (OBRAS RARAS. 1998. p.10-4)

De fato, mesmo sob outras perspectivas, a conceituação de obra rara tem gerado, há séculos, infundáveis discussões assim como alguns equívocos. Tomemos, por exemplo, a definição do já citado Martínez de Sousa (1989, p. 468) para quem uma obra rara é um

libro que por la matéria de que trata, el corto número de ejemplares impresos o conservados, su antigüedad u outra característica se convierte em uma excepción.

Para Rizio B. Sant’Ana (2001, p.2) o conceito de obra rara está, sim, em geral, ligado ao livro, mas pode, do mesmo modo, estar ligado a periódicos, mapas, folhas volantes, cartões-postais e outros materiais impressos.

Outra distinção que cumpre fazer, trata-se do interesse contraposto de colecionadores e bibliotecas (públicas, universitárias ou especializadas) no que se refere à definição do que seja uma raridade bibliográfica. As bibliotecas, mesmo reconhecendo a raridade de um exemplar ou de uma coleção e os cuidados de conservação que merecem, se preocupam menos (ou nada) com o valor de mercado da obra e mais com a sua possibilidade de uso pelas gerações atuais e futuras, para isso providenciando, também, os meios de reprodução dos mesmos como a microfilmagem no passado e hoje a digitalização. As bibliotecas, via de regra, não costumam andar à caça de livros raros em livrarias e leilões, como o fazem os colecionadores, abonados ou não. As bibliotecas e os centros de pesquisa, como é o caso do CELC, acolhem (por doação ou compra) coleções de livros de bibliófilos – escritores e professores, entre outros – “pelo seu valor de conjunto, ou seja, mais pela possibilidade de criar novas áreas de pesquisa do que pela

importância de alguma obra em particular. Deste modo, a compra de obras raras fica quase sempre condicionada à sua presença ou não dentro das coleções” (SANT’ANA, 2001, p.5).

Já os colecionadores particulares, que Eduardo Frieiro (1957, p.58) classifica em bibliófilos, bibliômanos e bibliopiratas, cobiçam sobretudo o valor de unicidade da obra, ou melhor dizendo, de um exemplar específico, alguma particularidade extrínseca ao seu valor como informação e arte mas que determina a sua procura e eleva o seu valor de mercado. Contudo, em favor dos *autênticos bibliófilos*, como se expressa Frieiro (p.59), vale exemplificar essa tipologia. Assim, estes são letrados autênticos, “os que amam o livro em razão do seu valor intrínseco, medular”(FRIEIRO, 1957, p.59). Ou, em outras palavras, valorizam o livro como arte literária e representação do mundo e da humanidade. Por sua vez

“a bibliomania na sua manifestação mais aguda é a que impele a colecionar unicamente livros raros, ou caros, singulares ou extravagantes, que dificilmente se encontram á venda. [...] É uma mania, como a de colecionar selos ou autógrafos de celebridades do dia, se bem que mais amável e simpática. O prazer está em possuir aquelas obras cuja aquisição seja difícil ou demasiado custosa, ao alcance de poucos [...]. Para alguns outros o interesse consiste principalmente na pompa das encadernações. E quantos livros não são comprados unicamente pela invulgaridade do frontispício ou por causa duma vinheta! (FRIEIRO, 1957, p.59-60).

Com um costumeiro *sense of humour* Frieiro ainda insinua (1957, p.64) a existência, entre os que alimentam a paixão livresca, dos bibliopiratas ou bibliocleptas, que não exitam em satisfazer o seu vício onde podem e como podem. Mas não os condena! “É de tal modo considerada nobre e simpática a amizade aos livros”, reflete ele, “ que mesmo quando esta se transforma em paixão, em mania ou latria, ou até em vício, ainda assim é julgada com benevolência pelos que são capazes de compreendê-la”.

Uma vez que o Acervo de Escritores Mineiros é formado pelos fundos bibliográficos de mais de uma dezena de escritores /bibliófilos, é curioso pensar que, durante o processo de identificação de obras raras a equipe envolvida poderá encontrar surpresas no que se refere ao tipo de colecionadores que foram aqueles escritores mineiros.

De qualquer maneira, para além das curiosidades que um grande e diversificado acervo literário como o do AEM pode oferecer ao ser examinado do ponto de vista bibliográfico/bibliológico, a obra *Que é livro raro?* (1989, p.29-32). de Ana Virgínia Pinheiro, Chefe da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, apresenta critérios gerais que podem ser adaptadas por cada instituição ou colecionador e que vem norteando o caminho metodológico do projeto sobre o qual se fala na presente *ponencia*. A saber:

- *Limite histórico*: considerar raras as obras referentes ao período que caracteriza a produção artesanal de impressos, do século XV, início da imprensa n Europa, até 1801, marco inicial da produção industrial de livros, como também a fase inicial da produção de impressos fora da Europa,

como, por exemplo, os impressos produzidos no Brasil de 1808 a 1822, primeiros anos de funcionamento da Imprensa Régia do Rio de Janeiro.

- *Aspectos bibliológicos*: aspectos de natureza artesanal como ilustrações, tipo de papel, materiais de encadernação, independente da época de publicação.
- *Valor cultural*: edições limitadas, numeradas, censuradas, esgotadas, expurgadas, críticas definitivas e diplomáticas; edições de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas.
- *Pesquisa bibliográfica*: seja em fontes bibliográficas como dicionários e enciclopédias especializadas, seja em fontes de informação comerciais como catálogos de livrarias antiquários ou de casas de leilões nos quais a indicação de preços passa a ser indicador de raridade.
- *Características do exemplar*: cada exemplar examinado pode trazer aspectos únicos, posterior à sua publicação e resultante de um uso específico, como as marcas de propriedade e de sociabilidade, assim como marginalias.

ACERVO DE ESCRITORES MINEIROS (AEM): A CONSTRUÇÃO DE UMA COLEÇÃO DE OBRAS RARAS

Os padrões internacionais para identificação de valor de raridade bibliográfica acessíveis a partir de uma ampla bibliografia, além dos critérios desenvolvidos e divulgados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro através de publicações periódicas, cursos e seminários constituíram, num primeiro momento, as primeiras orientações buscadas para o projeto de construção de uma coleção de obras raras no AEM. Entretanto, como já dito, cada instituição que já mantenha uma coleção de obras raras ou pretenda identificar esse tipo de obras no seu acervo documental, ressalta Sant'Ana (2001, p.8), deve elaborar uma política própria para a definição do que será considerado raro ou especial tendo em vista os elementos históricos, literários e culturais que se quer valorizar.

No caso do AEM, integrado a uma instituição universitária de ensino e pesquisa, sua preocupação primeira nesse processo deve ser identificar e conservar um patrimônio cultural bibliográfico com valor de raridade, ao mesmo tempo que o torna acessível a pesquisadores e outros interessados em literatura brasileira e de Minas Gerais e em outras vertentes dos estudos culturais. Um outro aspecto ressaltado por Márcia Rodrigues (2006, p.116) em artigo sobre obras raras mantidas pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, é que

As obras raras administradas pelas bibliotecas universitárias são beneficiadas [...] pelo fato de estarem em instituições preocupadas com a pesquisa de novas técnicas de preservação e difusão do conhecimento contido em seus acervos, buscando tornar acessível esse material para pesquisa e garantir a memória d instituição.

Embora nesta primeira etapa a bibliotecária do AEM venha trabalhando auxiliada por alunos bolsistas, com assessoria esporádica de pesquisadores da casa, pretende-se que as discussões sobre os critérios de raridade que irão definir a política de desenvolvimento de obras raras da instituição seja ainda discutida e aprovada pelo Conselho Diretor do CELC, constituído por professores/pesquisadores de diferentes campos disciplinares, inclusive da Escola de Belas Artes, Ciência da Informação e Letras, mais próximos da problemática que envolve a avaliação de coleção a ser feita, além da bibliotecária gestora do projeto.

Até o momento estão assim definidas as seguintes indicações, que deverão resultar em critérios mais fechados:

- Serão consideradas obras raras ou especiais:
 - livros manuscritos ou impressos até o século XVIII
 - livros impressos de 1808 a 1822 pela Imprensa Régia
 - “incunábulo” locais, isto é, primeiros livros impressos numa determinada cidade do Estado
 - primeiras edições dos escritores que compõem o AEM
 - primeiras edições de escritores brasileiros, com destaque para os modernistas
 - primeiras edições das primeiras obras sobre Belo Horizonte
 - livros publicados pelas editoras *Os Amigos do Livro*, *Sabiá* e *Hipocampo*.
 - edições comemorativas, críticas, especiais, esgotadas/não reeditadas, clandestinas apreendidas ou censuradas (pelo Estado Novo e Ditadura Militar)
 - obras premiadas
 - obras traduzidas pelos escritores que compõem o AEM
 - obras que tenham sido ilustradas por artistas renomados
 - edições em formatos pouco usuais (miniaturas, outros)
- Serão considerados exemplares raros ou especiais:
 - livros com dedicatórias manuscritas dos autores
 - com dedicatórias de personalidades conhecidas
 - com anotações e marginalias escritas pelo escritor (titular da coleção)
 - com marcas de propriedade do escritor titular da coleção ou de outras personalidades mineiras/brasileiras importantes: assinaturas, ex-libris, carimbos, brasões
 - com encadernações de luxo ou curiosas

Como projeto ainda em desenvolvimento esses critérios serão fatalmente reavaliados sujeitos, portanto, a modificações substantivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale repetir, no final desta apresentação, que a definição e aplicação dos critérios acima apresentados deve levar em conta a historicidade da instituição AEM e de seu acervo documental, sempre em movimento, seja pelo gesto curioso e irrequieto dos pesquisadores, seja pelo fluxo constante de novas coleções ou fragmentos de coleções que chegam pela iniciativa de familiares, muitas vezes desinteressados em conservar aquele bem simbólico que não sabem avaliar, ou pelas mãos do próprio escritor que, zeloso de seu tesouro amorosamente construído, quer negociar para ele as melhores condições na passagem, inevitável, do espaço privado para o espaço público.

E, para terminar, uma citação de membros do Grupo de Estudos Interdisciplinares da Raridade Documental (GEIRD):

[...] o conceito de raridade, longe de designar uma realidade definitiva, material, verificável e constatável, é, sobretudo, o resultado de um acordo fundamentalmente discursivo e de caráter retórico, de que participam (ou, pelo menos em tese, deveriam participar) todos os agentes culturais interessados. Dito de outro modo, a proposta de avaliação crítica de critérios de identificação do valor de raridade [...] pretende instaurar o debate, o diálogo, a livre comunicação como único foro legítimo em que se determinaria, sempre de modo contingente e relativo, o valor de um documento, ou seja, a sua importância mesmo, aquilo que, em última análise, define o livro como sendo raro ou não.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. H. R.; CANTALINO, M. G. N. A raridade como questão epistemológica e política.

An. Bibl. Nac. Rio de Janeiro, v. 12, p.47-57, 2003.

CARVALHO, M. C.; FERNANDES, C. A. Conservação de livros raros: relato de uma experiência pedagógica. *An. Bibl. Nac.* v. 123, p. 77-85, 2003.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, J.-C. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FRIEIRO, Eduardo. *Os livros nossos amigos*. São Paulo: Pensamento, 1957.

HALLEWELL, Lawrence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac-similr. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL/ Fundação nacional Pró-Memória, 1983.

MARTÍNEZ DE SOUSA, José. *Diccionario de bibliologia y ciências afines*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Piramide, 1989.

PINHEIRO, Ana Virgínia. *Que é livro raro?*; uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Metodologia para inventário de acervo raro. *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, v.123, p.9-31.

RODRIGUES, M. Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ci. Inf.*, Brasília, v.35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006.

SANT'ANA, Rizio B. Critérios para a definição de obras raras. *Ver. Online Bibl. Joel Martins*. Campinas, v.2, n.3, p.1-18, jun. 2001.

UFMG. FALE.CELC. *Acervos de Escritores Mineiros*. 2011. (Folder de divulgação)